

ATA DA 535ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos dez dias do mês de novembro do ano dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Primeira Subdefensora Pública-Geral, Juliana Garcia Belloque. Presentes os/as Conselheiros/as: Ana Paula Kayamori de Oliveira, Alexandre Orsi Netto, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto, e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. Ausente justificadamente o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. A Presidente iniciou a sessão às 09h52min, encaminhando a ata da 137ª Sessão Extraordinária para deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. Comunicou que, naquela semana, Davi Depiné esteve presente à sessão solene na Câmara Municipal do Estado, a convite do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Dimas Eduardo Ramalho que havia recebido a concessão de título de Cidadão Paulistano. Na oportunidade, pontuou o Defensor-Geral compôs a mesa e teve a palavra durante a abertura do evento para homenagear o Conselheiro pela conquista. Citou que estiveram presentes ao evento o Governador do Estado, Geraldo Alckmin, Secretários de Estado, Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), Paulo Dimas Mascaretti, Vereadores e Deputados Estaduais, entre outras autoridades. Comunicou que, ainda naquela semana, havia sido realizada uma reunião de trabalho no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) para divulgação de tratativas de atuação da Defensoria Pública diante da Corte, sobretudo por temas que abrangiam ao Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Na oportunidade, citou que estiveram presentes o Defensor Coordenador do Núcleo, João Henrique Martini, o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) Paulo Dimas Mascaretti, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), Ademir de Carvalho Benedito, o presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), Luiz Antonio de Godoy, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, e o Juiz Assessor da Presidência da Seção de Direito Privado, Marcus Vinicius Kiyoshi Onodera. Comunicou que, na última quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa (Alesp) havia aprovado o PLC nº 27/17, (que trata do reajuste remuneratório de Defensores Públicos), através do apoio explícito e declarado por parte da base aliada ao projeto, citando que o processo seria tramitado a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFO) da Alesp, para análise. Neste sentido agradeceu a Assessoria Parlamentar, com também a Associação Paulista dos Defensores Públicos (Apadep), pelo empenho perante ao legislativo para a aprovação do projeto. Comunicou que, naquela semana a Administração Superior esteve em reunião com os Coordenadores Regionais e dos Núcleos Especializado para tratativas dos atos a serem emitidos pela Segunda e Terceira Subdefensorias, no que tange a regulamentação das atividades de especial dificuldade no âmbito das Regionais, sobretudo as audiências de custódia e, seguindo o cronograma a Administração Superior encaminharia a apreciação do Colegiado o modelo dos atos contendo as sugestões nascidas a essa reunião para incrementar com sugestões e ideias daquele órgão. Lembrou que, seguindo o cronograma anteriormente divulgado seria necessária a finalização da formatação destas atividades até o dia 1º de dezembro, haja vista que a Deliberação CSDP nº 340/17 (que regulamenta a gratificação pelo exercício de atividades em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza do serviço, prevista no art. 17 das Disposições Transitórias da Lei Complementar estadual nº 988, de 9 de janeiro de 2006, e dá outras providências.), entraria em vigor naquela data. Por fim, comunicou que a Defensoria Pública havia firmado a contratação do serviço de intérprete de Libras de forma a abarcar esse público na esfera de atendimento. Ressaltou que o serviço seria disponibilizado para todo o Estado e que havia encaminhado um comunicado, por mensageria eletrônica, com maiores informações sobre a solicitação deste serviço. Após, não havendo comunicações da Secretaria, passou ao momento aberto. A Presidente fraqueou a palavra à primeira inscrita, a Agente de Assistência Social, Luiza Aparecida de Barros. Ela manifestou sobre o descontentamento advindo pelo novo

formato de relatórios que trariam informações inconsistentes sobre a realização das atividades promovidas pelo Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM). Neste sentido solicitou que toda e qualquer alteração nesta esfera fosse construída de forma mais coletiva, sobretudo às políticas de atendimento, haja vista o cenário externo da instituição, no que tange a tutela coletiva. Após a Presidente franqueou a palavra ao Usuário da Defensoria Pública, Gilson de Souza Cavalcanti. Ele manifestou seu descontentamento diante dos seus processos tramitados na Defensoria Pública. Por fim, a Presidente franqueou a palavra ao Representante da Associação dos Servidores, Brunno Gozzi Candido de Oliveira. Ele informou sobre o comunicado emitido pelo Departamento de Recursos Humanos no que tange a Comissão Técnica de Avaliação de Desempenho. Pontuou que a média estabelecida sendo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) estaria divergente aos termos da Deliberação CSDP nº 111/09, contudo entendia que a nova medida corrigia distorções que prejudicavam os Servidores, porém acreditava que o tema necessitava de maiores avanços evitando interpretações subentendidas. Por fim, lembrou a Administração Superior que estabelecesse a gratificação de atendimento, aos Servidores, que eventualmente realizariam essa atividade, e assim evitar conflitos desnecessários dentro das Unidades. Após, não havendo mais inscritos a Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Sobre a fala da Agente Luiza Barros, informou que a mudança na metodologia de relatório alteraria a premissa qualitativa do atendimento prestado pelo Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), e que em nenhum momento houve o enfrentamento no que se referia a atuação do CAM ou ainda qualquer depreciação ao trabalho realizado por aquele órgão. Neste sentido, pontuou que o propósito destas alterações seria de cunho meramente organizacional propiciando à Administração Superior uma atualização no cenário de atribuições dos Servidores, no que tange, uma distribuição mais justa de atividades aos Oficiais. Por fim, ressaltou que o tema havia sido abordado na reunião pelos Coordenadores que apontaram que a atividade exigia maior desempenho dos Oficiais. Após, passou-se às manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano informou sobre a aprovação do PLC nº 27/17 diante da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) e do encaminhamento do projeto na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFO) da Alesp, citando que a entidade de classe estaria presente também nesta transição. Informou que havia uma grande movimentação da oposição quanto a uma possível aprovação de inclusão do PLC nº 920/17 (que trata do congelamento de gastos do Estado) na pauta da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), citando que a maior receio estaria na estrutura do texto do projeto evitando possíveis equívocos na interpretação, e assim prejudicar os Servidores. Mencionou que, naquela semana, havia visitado a Unidade Piracicaba, oportunidade em que constatou a preocupação dos Defensores Públicos, no que tange a diferença entre o montante de Juizes e Defensores Públicos provisionados para atuação nas audiências de custódia e nas atividades de especial dificuldade. Pontuou que a Unidade necessitava de aumento do quadro de Defensores, haja vista o excesso de trabalho. Relatou que, ainda naquela semana, havia visitado a Unidade Franca, lotada num prédio com grandes problemas estruturais e solicitou o maior empenho à Terceira Subdefensoria na brevidade de mudar a Unidade para outro prédio. Por fim, ressaltou que havia protocolado junto a Administração Superior o pedido de equiparação do auxílio alimentação dos Defensores Públicos aos Magistrados e Promotores, atualmente no valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais). O Ouvidor-Geral, Alderon Pereira cumprimentou a Agente de Defensoria, Luiza de Barros pelo trabalho realizado na Unidade Osasco. Reiterou o convite VI Conferência Estadual, que se realizaria, naquela data e, por conseguinte no sábado (11), às 8h. Mencionou que, naquela semana, havia participado de uma audiência pública na Câmara Municipal de Guarulhos para tratativas de ação judicial, proposta pelo Ministério Público, que solicitava a remoção de cerca de 45 mil pessoas que habitavam uma área ambiental. Pontuou que havia na decisão judicial estipulava prazo de até 120 (cento e vinte dias) para que a Prefeitura de Guarulhos alocasse as famílias em outro espaço, todavia as mesmas sequer haviam tomado conhecimento desta decisão, fosse por parte da Prefeitura, ou fosse por parte do Ministério Público. Ressaltou que a Defensoria Pública havia sido muito prestigiada na audiência, e na oportunidade estiveram presentes Deputados, Vereadores e lideranças de movimentos sociais. Por fim, convidou a todos, em nome da Conselheira da Ouvidoria Priscila Bertucci, a participarem da Conferência Internacional Ssex Bbox e Mix Brasil, a ser realizada no próximo dia 15 de novembro e que a Ouvidoria estaria

presente no dia 17 de novembro, compondo a mesa de discussões sobre a construção de políticas públicas de diversidade. A Corregedora-Geral, Ana Paula Kayamori pontuou que, com relação a ação movida pelo Ministério Público em Guarulhos, a instituição sequer havia sido intimada para a participação desta ação, uma vez que, segundo a Corregedoria Geral de Justiça, o Ministério Público (MP) havia impetrado ações direcionadas ao meio ambiente justificando o motivo da desobrigação em intimar a Defensoria Pública. Neste sentido, apontou que a Corregedoria de Justiça tinha promovido o mapeamento de todos os processos, determinando que a Defensoria Pública fosse intimada em todas essas ações. Por fim, ressaltou que se tratava de uma situação gravíssima com alta demanda de trabalho e colocou a Corregedoria Geral a disposição para intermediar os diálogos com a Corregedoria de Justiça. O Conselheiro Alexandre Orsi manifestou sobre a preocupação dos Defensores Públicos lotados na Unidade de Osasco, no que tange o atendimento nas audiências de custódia, e comentou que algumas premissas referentes aos atos que serão publicados pelas Subdefensorias deveriam ser discutidas. Por fim, lembrou que os novos cinco cargos de Defensores Públicos sequer haviam sido lotados, citando que o Colegiado havia rechaçado a prática dos novos colegas atuarem como itinerantes da Defensoria Geral. O Conselheiro Florisvaldo Fiorentino informou que tanto a Segunda como a Terceira Subdefensorias têm se debruçado para alinhar as premissas a serem adotadas na deliberação nº 340/17 (que trata sobre as atividades de especial dificuldade, sobretudo com a proximidade da vigência da mesma). Pontuou que era de conhecimento da Administração Superior das dificuldades tanto na Unidade Piracicaba como Franca e, no que tange a questão estrutural do prédio, informou que a Coordenadoria Geral de Administração (CGA) teria dado encaminhamento a prospecção de possíveis imóveis em ambas regiões a considerar até mesmo a locação predial. Ressaltou que na Unidade Franca o aumento das demandas de trabalho havia se dado pela alteração nas rotinas e na natureza dos Centros de Detenção Provisória (CDP's), passando a ser uma unidade penitenciária de regime fechado, o que suscitou no acúmulo de presos sentenciados a serem transferidos, propiciando aumento no volume de guias de execução provisória, demandando, assim, maior atuação por parte da Defensoria Pública. Neste sentido, mencionou que, pela regulamentação interna da Defensoria Pública, as novas unidades prisionais sequer estariam contempladas aos Defensores Públicos que exerciam sua função ordinária, sendo deslocadas para atuação extraordinária do Departamento de Execuções Criminais (Decrim). O Conselheiro Lucio Mota manifestou que um colega da Unidade Piracicaba teve a cassação da liminar que o permitia gozar da licença paternidade, e assim teve que antecipar seu retorno as atividades na Unidade. A Conselheira Fabiana Zapata informou que houve alteração da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar), criando um dispositivo específico que previa que os relatórios do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) seriam encaminhados às Subdefensorias e os mesmos continuavam sendo encaminhados às Assessorias Cível e Criminal, mesmo após alteração da deliberação e do Ato Normativo do Defensor Geral. Ressaltou que, tanto o Departamento de Recursos Humanos, com a Associação de Servidores, havia solicitado à Administração Superior a padronização no modelo de relatório, haja vista que a nova avaliação da Bonificação de Resultado (BR) previa como critério a observância o prazo para envio destes relatórios. Citou que o atual modelo de relatório aproveitava, boa parte do modelo já utilizado acrescido de outros aspectos, propiciando gerar informações e dados de interesse das Subdefensorias. Neste sentido, mencionou que a Coordenaria de Tecnologia e Informação (CTI) e a Assessoria da Qualidade haviam se empenhado para que todas as informações pudessem ser coletadas pelo sistema Defensoria Online (DOL). Apontou que esteve em visita a Unidade Osasco e constatou que o atendimento inicial possuía uma dinâmica diferenciada das demais Unidades, uma vez que sequer havia visita a presos provisórios, tendo em vista que o Centro de Detenção Provisória (CDP) da cidade havia sido interdito e que todos os Defensores atuavam na triagem. Por fim, noticiou que tanto a Segunda como a Terceira Subdefensoria haviam apresentado ao Conselho Superior suas propostas para os Atos Normativos que iriam regulamentar as atuações de especial dificuldade relativas ao atendimento inicial especializado, audiências de custódia e curadoria especial, conforme as novas normativas criadas pela Deliberação CSDP nº 340/17, a vigência será aplicada em 1º de dezembro. Após, não havendo mais inscritos para manifestações diversas, a Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Sobre a fala do Representante da

Apadep, pontuou que o empenho a atual gestão havia propiciado o maior reajuste, no que tange o auxílio alimentação tanto para Membros como para Servidores e, citou que já havia o provisionamento de novo reajuste em 2018, passando a vigorar em R\$ 40,00 (quarenta reais) cumulando, assim um aumento de 31% (trinta e um por cento) no valor do benefício. Sobre a fala do Ouvidor-Geral, Alderon Pereira informou que a Defensoria Geral estava muito satisfeita com o alcance do Ciclo de Conferências e agradeceu as Assessoras Juliana Carlos e Maria Eduarda pelo empenho, e estendeu os cumprimentos a todos os Servidores envolvidos. Sobre a fala da Corregedora-Geral, Ana Paula Kayamori informou que a Assessoria Cível e Parlamentar estaria prestando suporte junto aos colegas lotados na Unidade Guarulhos visando prestar um atendimento adequado a essas famílias. Sobre a fala do Conselheiro Alexandre Orsi, informou que o marco para a definição da lotação dos novos cargos dar-se-ia entre o final de novembro e início de dezembro, uma vez que a Administração Superior aguardava a definição do Tribunal de Justiça (TJ/SP) acerca do início da demanda de atividades na nova Vara da Infância e Juventude o que o Tribunal de Justiça (TJ/SP) definiria acerca do início da demanda de atividades da nova Vara da Infância e Juventude. Sobre a fala do Conselheiro Lucio Mota ressaltou que a Defensoria Pública sequer havia se mobilizado para qualquer interferência diante deste tema, e afirmou que o recurso havia sido apresentado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). Pontuou que por vezes a Assessoria Jurídica subsidiava as ações da PGE em diversos temas e exceção de casos que abrangem licença paternidade. O Conselheiro Horácio Xavier acompanhou a fala do Conselheiro Lucio Mota e pontuou que isso decorria pelo fato das ações serem ingressadas ao Judiciário, uma vez que a Defensoria Pública sequer cumpria a Deliberação CSDP nº 338/17 (que regulamentar a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Após, não havendo mais inscritos para manifestações diversas, a Presidente deu início à ordem do dia, indagando os Conselheiros sobre as inversões e exceções de processos em pauta. **CSDP nº 592/17 (Excetuoado a pauta)**. Interessado/a: Tatiana Zamoner. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Avaliação de terrenos urbanos pelo método involutivo vertical", a ser realizado no período de 16 a 17 de novembro de 2017. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada, conforme solicitado, sem o pagamento de diárias. A Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada, no período de 16 a 17 de novembro de 2017. **CSDP nº 523/17**. Interessado/a: Edepe e outros. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos", a ser realizado no período de 15 a 17 de novembro de 2017. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado, conforme solicitado. A Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do Defensor Público Leandro Silvestre Rodrigues e Silva, no período de 16 e 17 de novembro de 2017, nos termos do enunciado CSDP nº 02. **CSDP nº 587/17**. Interessado/a: Douglas Tadashi Magami. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "I Seminário sobre Urbanismo Biopolítico", a ser realizado no período de 21 a 26 de novembro de 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado, conforme solicitado. A Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado, no período de 21 a 24 de novembro de 2017. **CSDP nº 501/17**. Interessado/a: Octavio Ginez de Almeida Bueno. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 189/10, visando normatizar a remoção por permuta de Defensores Públicos lotados em macrorregiões. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselheiro Pedro Avellar proferiu o voto vista no sentido de apensar o presente aos autos do Processo CSDP nº 503/16, precedente e com maior amplitude. A Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a proposta de alteração, nos termos da Deliberação CSDP nº 344, de 10 de novembro de 2017, a ser publicado oportunamente. **CSDP nº**

355/13. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselheiro Julio Tanone informou que entraria em férias e desejava proferir o voto vista no sentido de converter o julgamento do processo em diligência. A Presidente sugeriu aguardar o retorno das férias do Conselheiro, pois analisou que o caso almejava pouca urgência, podendo ser suspenso. Após, a Presidente proferiu a decisão para prorrogação dos autos. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 582/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 244/12 (que regulamenta o concurso de promoção na carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselheiro Alexandre Orsi proferiu o voto vista no sentido de aumentar a pontuação dessas atividades da seguinte forma: a) Atuação como Conselheiro eleito do Conselho Superior da Defensoria Pública: 12 pontos por ano de atuação; b) Atuação como Presidente da Comissão Processante Permanente da Defensoria Pública: 12 pontos por ano de atuação; c) Atuação como Diretor Assistente da EDEPE, desde que não esteja integralmente afastado de suas atribuições ordinárias: 12 pontos por ano de atuação; d) Atuação como Presidente da Comissão de Prerrogativas: 12 pontos por ano de atuação; e) Atuação como Membro da Comissão de Prerrogativas: 6 pontos por ano de atuação; f) Atuação como Subouvidor: 6 pontos por ano de atuação; g) Atuação como integrante de Conselho Estadual: 6 pontos por ano de atuação. No que pertinente à atividade de Conselheiro eleito, considerou que há um aspecto relevante que deve ser apontado e previsto na nova sistemática de promoção, qual seja, a de que o mandato pode encerrar em data em que o Conselheiro não haja completado um ano inteiro. Neste aspecto, por não ter dado causa a tal situação, avaliou que o Defensor que exerceu esta atividade terá direito a pontuação completa. Por fim, embora entenda pertinente a inclusão da conclusão de pós-doutorado como atividade a ser pontuada, pontuou a urgência de deliberar este processo somente justifique a inclusão das atividades que deixarão de ser gratificadas em 01/12/2017 e não outras (como por exemplo pós-doutorado ou a publicação de livros jurídicos), sobretudo porque há outro processo neste colegiado que discute algumas alterações da Deliberação CSDP nº 244/2012. Ante o exposto, votou pela aprovação da proposta apresentada pela Interessada, com as modificações acima mencionadas. A Presidente encaminhou para discussão, mas antes, sugeriu abrir consulta pública nos autos, de modo que a Terceira Subdefensoria pudesse elaborar e apresentar voto divergente, assim como concluir as deliberações em meados de dezembro de 2017. O Conselheiro Alexandre Orsi sugeriu a abertura de prazo por uma semana de consulta pública. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu apensar o resultado da consulta ao processo CSDP nº 521/17, a fim de encaminhar o comunicado contendo as duas propostas. A Presidente concordou com o envio e informou que o comunicado seria enviado para dar celeridade nas discussões e finalização em meados de dezembro. Por fim, proferiu o resultado. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, abrir prazo para consulta pública, nos termos do comunicado a seguir publicado. Vista concedida a Conselheira Fabiana Botelho Zapata. COMUNICADO. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado comunica a abertura de CONSULTA PÚBLICA para manifestação de Defensores Públicos acerca de possíveis alterações na Deliberação CSDP n. 244/2012, que regulamenta o concurso de promoção na carreira de Defensor Público do Estado. Para conhecimento dos interessados, seguem anexas a este Comunicado duas propostas iniciais que serão debatidas no Colegiado: (i) proposta inicial da Primeira Subdefensoria Pública-Geral no processo CSDP nº 582/17. (ii) proposta inicial do Conselheiro Pedro Antônio de Avellar no processo CSDP nº 521/17. As contribuições deverão ser enviadas até as 17h do dia 17 de novembro de 2017, facultado o envio ao endereço eletrônico conselho@defensoria.sp.gov.br ou protocolizadas na Secretaria do Conselho Superior. O debate e a deliberação sobre a questão dar-se-ão na sessão ordinária do Conselho Superior a ser realizada em 24 de novembro de 2017. CSDP nº 498/17. Interessado/a: Rodrigo Augusto Tadeu Martins Leal da Silva. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado do programa de pós-graduação, no período de 18 meses. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado, conforme solicitado. A Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O

Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório trimestral apresentado, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. **CSDP nº 005/17 (Excetuada a pauta)**. Interessada: Soraya Mattar Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso Pós-Graduação, no período de 17 de fevereiro a 02 de dezembro de 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado, conforme solicitado. A Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório trimestral apresentado, nos termos do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 321 de 22 de outubro de 2015. CGDP CAEP nº 003/16. Interessado/a: Gabriele Estabile Bezerra. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório encaminhado pela Corregedoria Geral. A Presidente encaminhou para discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 2º relatório semestral e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h10min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1129/09. Interessado/a: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado/a: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessado/a: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessado/a: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessado/a: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessado/a: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco

Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado/a: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado/a: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado/a: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florivaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessado/a: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade

de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessado/a: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessado/a: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado/a: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 242/16. Interessado/a: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessado/a: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 401/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessado/a: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto:

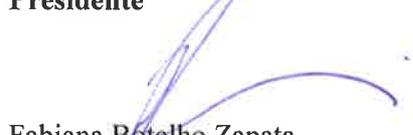
Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 445/16. Interessado/a: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de 04 anos. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 468/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 481/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 492/16. Interessado/a: Coordenação da Regional Infância e Juventude. Assunto: Pedido de regulamentação de trabalho extraordinário, que decorre de decisões externas à Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 501/16. Interessado/a: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência no Conselho Nacional de Justiça. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 503/16. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, que define normas gerais de criação, transferência, extinção e remoção de órgão de atuação, bem como de Defensorias Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 538/16. Interessado/a: Julia Almeida Baranski. Assunto: Pedido de revogação de ato normativo do presidente da banca examinadora do VII Concurso de ingresso na carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 012/17. Interessado/a: Mario Henrique Ditticio. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 025/17. Interessada: Clarissa Christianne Rodrigues Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado do programa de pós-graduação, no período de 24 meses. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 387/17. Interessado/a: Apadep. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 259/12 (que disciplina a concessão do auxílio alimentação aos membros da Defensoria Pública do Estado.). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 418/17. Interessado/a: Associação dos Servidores da Defensoria. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 334/17 (que institui a vantagem não pecuniária de compensação em razão de atividades realizadas nos finais de semana, feriados ou recessos no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 451/17. Interessado/a: Regional Infância e Juventude. Assunto:

Proposta de deliberação para criação de cargos em razão da instalação de duas novas varas de conhecimento no Fórum Especial da Infância e Juventude da Capital. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 453/17. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 454/17. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior. Assunto: Proposta de alteração das deliberações CSDP nº 281/13 (que dispõe sobre o processamento de Manifestações na Ouvidoria-Geral e fixa a política institucional de Subouvidorias). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 471/17. Interessado/a: Estagiários de Direito da Unidade Jacareí. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 476/17. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior. Assunto: Proposta de alteração das deliberações CSDP nº 013/06 (que regulamenta a concessão de diárias, dispõe sobre o reembolso de transportes e dá outras providências). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 519/17. Interessado/a: Defensores Públicos da Unidade Varas Singulares. Assunto: Proposta de criação e pronto provimento do segundo cargo de Defensor Público da 32ª Vara Criminal da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/17. Interessado/a: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 244/12 (que regulamenta o concurso de promoção na carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Florisvaldo Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 536/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2017). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 538/17. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2017). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 547/17. Interessado/a: Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2017). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 552/17. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, visando alterar o artigo 155 da Lei Complementar nº 988/06, que trata da sistemática de compensações em hipóteses de substituição e acumulação. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 555/17. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2017). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 556/17. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas-Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 561/17. Interessado/a: Julio Cesar Tanone. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 337/17 (Institui o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade,

prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 567/17. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 576/17. Interessado/a: Emerson Martins dos Santos e Sandra Regina Tabossi Freire. Assunto: Proposta de edição de projeto de lei complementar, visando o reconhecimento do estágio de direito na Defensoria Pública como tempo de serviço público para todos os fins, exceto aposentadoria. Relator: Conselheiro Florisvaldo Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 580/17. Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de indicação de Defensor Público para compor o Conselho da Escola da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 581/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração das Deliberações CSDP nº 038/07, 066/08, 067/08, 069/08, 108/08, 124/09, 127/09, 156/10, 180/10 e 220/11, que tratam do regimento interno dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 589/17. Interessado/a: Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 004/16. Interessado/a: Thomaz Fiterman Tedesco. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 001/15. Interessado/a: Danielle Mitie Kita. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 002/17. Interessado/a: Rodrigo Gruppi Carlos da Costa. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 006/16. Interessado/a: Bruna de Cassia Teixeira. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. A Presidente deu por encerrada a sessão às 13h10min. Eu, Paula Hora Santos, Secretária Executiva do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dez dias do mês de novembro do ano de 2017.


Juliana Garcia Belloque
Presidente


Ana Paula Kayamori de Oliveira
Corregedora-Geral


Fabiana Botelho Zapata
2ª Subdefensoria Pública-Geral


Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior
3ª Subdefensoria Pública-Geral


Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

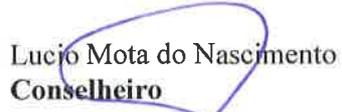

Horacio Xavier Franco Neto
Conselheiro



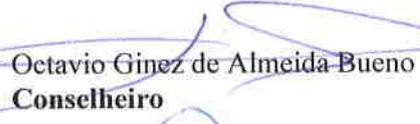
Julio Cesar Tanone
Conselheiro



Leandro de Col Loss
Conselheiro



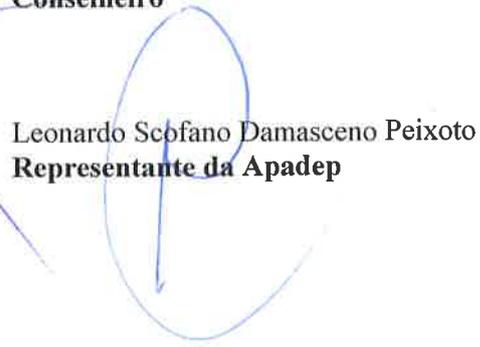
Lucio Mota do Nascimento
Conselheiro



Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Leonardo Scófano Damasceno Peixoto
Representante da Apadep



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral